



MPF
FLS. _____
2ª CCR

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

VOTO Nº 10042/2013

PROCEDIMENTO MPF Nº 1.29.018.000154/2013-61

ORIGEM: PRM – ERECHIM/RS

PROCURADOR OFICIANTE: RICARDO GRALHA MASSIA

RELATORA: RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

EMENTA: Procedimento Investigatório Criminal. Possível crime de estelionato contra o INSS (CP, art. 171, § 3º). Recebimento concomitante de benefício de auxílio-doença, deferido por força de problemas patológicos (doença lombar crônica), com a remuneração oriunda do exercício de mandato eletivo de vereador. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62-IV). A percepção de benefício previdenciário originado de incapacidade para o exercício de atividade profissional (auxílio-doença e aposentadoria por invalidez) com o desempenho de mandato eletivo não é vedada pela legislação pátria. *“O inválido, certamente, não está impedido de concorrer a cargos políticos, sob pena de lhe ser restringida uma franquia constitucional de maior estatura, a duras penas conquistada pelas democracias modernas. [...] Nem mesmo o fato de estar recebendo remuneração por sua atividade política é capaz de afastar a fruição do benefício, uma vez que se trata de contraprestação à atividade política, de natureza específica que não trabalhista, em nada se comunicando com o fato de estar ou não inválido.”*¹ Patologia que não insere o segurado na hipótese de inelegibilidade insculpida no artigo 15, inciso II, da Constituição Federal, qual seja, a incapacidade civil absoluta. O cargo de vereador é de natureza estritamente política e representa uma das mais importantes expressões dos direitos políticos, de modo que a verba recebida pelo agente político não se equipara à percepção de remuneração de natureza trabalhista. Inexistência de recebimento de vantagem indevida pelo investigado. Ausência de elementos mínimos de materialidade delitiva justificadores do prosseguimento das investigações. Homologação do arquivamento.

HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, atenta ao que consta dos autos, HOMOLOGA O ARQUIVAMENTO, acolhendo, como razões de decidir, os fundamentos invocados pelo Membro do *Parquet* Federal, às fls. 291/295.

Devolvam-se os autos à origem, com nossas homenagens.

Brasília-DF, 16 de dezembro de 2013.

Raquel Elias Ferreira Dodge
Subprocuradora-Geral da República
Coordenadora da 2ª CCR/MPF

/T.

¹ TRF4, Remessa *ex officio* em MS nº 2005.72.02.001600-5/SC, Juiz Federal Eduardo Vandrê Oliveira Lema Garcia.